

## POLÍTICA FISCAL

# Estimativa preliminar do resultado primário do Governo Central em novembro de 2022

De acordo com dados da execução orçamentária registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, obtidos por meio do Tesouro Gerencial, os quais fornecem boa aproximação com os dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN),<sup>1</sup> o mês de novembro de 2022 apresentou um déficit primário de R\$ 13,8 bilhões nas contas do governo central. Como mostra a tabela 1, a receita líquida do governo central atingiu R\$ 126,7 bilhões nesse mês, decréscimo em termos reais de 8,8% quando comparada com novembro de 2021, ao passo que a despesa totalizou R\$ 140,5 bilhões, acréscimo de cerca de 4,5% na mesma base de comparação. No acumulado do ano até novembro, o superávit primário está em R\$ 53,3 bilhões, contra um déficit de R\$ 54,5 bilhões em igual período de 2021.

Em novembro, a receita total apresentou um decréscimo de 4,7%, fortemente impactado pelas receitas não administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB) que tiveram uma redução em termos reais de 36%, quando comparada com o montante arrecadado em novembro de 2021. As receitas administradas pela RFB e a arrecadação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) apresentaram um crescimento em termos reais de 1,4% e 0,6%, respectivamente, e as transferências legais e constitucionais a entes subnacionais cresceram 9,7%, sempre em termos reais. Com isso, a receita líquida de transferências caiu 8,8%. No acumulado do ano até novembro, a receita total registrou uma variação real de 11,2%, fortemente impactada pelas receitas não administradas pela RFB, que avançaram 35,8% (tabela 1).

Com relação à despesa total, ainda na tabela 1, o mês de novembro registrou um crescimento real de 4,5% relativamente ao mesmo mês do ano passado. No acumulado do ano, a despesa total cresceu 2,5%, em relação ao mesmo período do ano passado, com destaque para a expansão das despesas com a previdência, no valor de R\$ 16,1 bilhões (2,2%), e com despesas sujeitas à programação

### Sergio Ferreira

Analista de planejamento e orçamento na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sergio.ferreira@ipea.gov.br

### Felipe Martins

Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac/Ipea.

felipe.martins@ipea.gov.br

Divulgado em 12 de dezembro de 2022.

1. Conforme destacado em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/07/estimativa-preliminar-do-resultado-primario-do-governo-central-em-junho-de-2022/>>.

financeira, no valor de R\$ 85,8 bilhões (34,9%). O aumento nessas despesas foi parcialmente compensado pelas reduções de despesas com pessoal – R\$ 21,5 bilhões (-6,6%) – e de outras despesas obrigatórias – R\$ 40,7 bilhões (-12,9%) –, na mesma base de comparação.

TABELA 1

**Governo central – resultado primário a preços constantes**

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de nov./2022)		Taxa de variação (%)	Janeiro-outubro (preços constantes, R\$ milhões de nov./2022)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de nov./2022)		Taxa de variação (%)
	nov./2021	nov./2022		2021	2022		Até nov./2021	Até nov./2022	
	<b>1-Receita Total</b>	<b>177.729</b>		<b>169.352</b>	<b>-4,7</b>		<b>1.908.544</b>	<b>2.122.541</b>	
1.1 - Receita Administrada pela RFB	107.249	108.766	1,4	1.199.402	1.287.557	7,3	1.303.303	1.408.360	8,1
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-96	-53	-45,0	-96	-131	36,8
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	42.320	42.562	0,6	441.776	471.771	6,8	507.770	538.614	6,1
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	28.160	18.024	-36,0	267.462	363.266	35,8	284.463	398.116	40,0
<b>2. Transf. Por Repartição de Receita</b>	<b>38.846</b>	<b>42.633</b>	<b>9,7</b>	<b>349.691</b>	<b>416.200</b>	<b>19,0</b>	<b>384.206</b>	<b>456.383</b>	<b>18,8</b>
<b>3. Receita Líquida (1-2)</b>	<b>138.883</b>	<b>126.720</b>	<b>-8,8</b>	<b>1.558.853</b>	<b>1.706.341</b>	<b>9,5</b>	<b>1.711.234</b>	<b>1.888.575</b>	<b>10,4</b>
<b>4. Despesa Total</b>	<b>134.448</b>	<b>140.488</b>	<b>4,5</b>	<b>1.613.311</b>	<b>1.653.004</b>	<b>2,5</b>	<b>1.816.758</b>	<b>1.820.699</b>	<b>0,2</b>
4.1 Benefícios Previdenciários	57.091	61.654	8,0	725.915	742.006	2,2	786.604	800.408	1,8
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	30.686	29.408	-4,2	326.294	304.797	-6,6	366.448	341.859	-6,7
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	18.826	23.298	23,8	315.721	275.061	-12,9	376.366	297.767	-20,9
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	27.845	26.129	-6,2	245.381	331.140	34,9	287.339	380.666	32,5
<b>5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)</b>	<b>4.435</b>	<b>-13.768</b>	<b>-410,4</b>	<b>-54.458</b>	<b>53.337</b>	<b>-197,9</b>	<b>-105.524</b>	<b>67.876</b>	<b>-164,3</b>

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 2 apresenta um detalhamento adicional da arrecadação. No que se refere às receitas administradas pela RFB, em novembro foi registrado um crescimento real de arrecadação de R\$ 1,5 bilhão (1,4%) em relação ao mesmo mês do ano passado, impactada pelo aumento de arrecadação do Imposto de Renda – R\$ 9,3 bilhões (21,3%) – e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – R\$ 4 bilhões (48,3%) – e pelas reduções nos demais itens das referidas receitas no montante de R\$ 11,4 bilhões (-22,7%). As receitas não administradas pela RFB apresentaram, em novembro, uma redução de R\$ 10,1 bilhões (-36%) em relação ao mesmo mês de 2021. No acumulado no ano, as receitas apresentam um crescimento real, quando comparadas com o mesmo período do ano passado, de R\$ 214 bilhões (11,2%), com as receitas administradas crescendo R\$ 88,2 bilhões (7,3%), as não administradas aumentando R\$ 95,8 bilhões (35,8%) e a arrecadação líquida para o RGPS com um crescimento de R\$ 30 bilhões (6,8%). O bom desempenho das receitas administradas no acumulado até novembro de 2022, em comparação com o mesmo período de 2021, tem como destaques o crescimento de Imposto de Renda – R\$ 95,6 bilhões (18,6%); Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) – R\$ 6,5 bilhões (13,6%); e CSLL – R\$ 34,6 bilhões (29,3%), mais que suficiente para compensar a queda de arrecadação e/ou desoneração de R\$ 48,8 bilhões. Nas receitas não administradas, os destaques são as concessões e permissões, os dividendos e a exploração de recursos naturais, que apresentaram expressivo crescimento no ano, totalizando uma arrecadação de R\$ 139,9 bilhões em 2021, contra o montante arrecadado de R\$ 251,5 bilhões em 2022, em valores reais na mesma base de comparação, aumento de R\$ 111,6 bilhões (79,8%).

TABELA 2

Principais componentes da receita do governo central – preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de nov./2022)		Taxa de variação (%)	Janeiro-outubro (preços constantes, R\$ milhões de nov./2022)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de nov./2022)		Taxa de variação (%)
	nov./2021	nov./2022		2021	2022		Até nov./2021	Até nov./2022	
<b>1-Receita Total</b>	<b>177.729</b>	<b>169.352</b>	<b>-4,7</b>	<b>1.908.544</b>	<b>2.122.541</b>	<b>11,2</b>	<b>2.095.440</b>	<b>2.344.958</b>	<b>11,9</b>
<b>1.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>107.249</b>	<b>108.766</b>	<b>1,4</b>	<b>1.199.402</b>	<b>1.287.557</b>	<b>7,3</b>	<b>1.303.303</b>	<b>1.408.360</b>	<b>8,1</b>
1.1.01 Imposto de Importação	5.889	5.126	-13,0	62.779	55.072	-12,3	68.139	60.730	-10,9
1.1.02 IPI	7.395	4.283	-42,1	72.391	55.806	-22,9	79.953	62.081	-22,4
1.1.03 Imposto de Renda	43.564	52.855	21,3	516.185	612.040	18,6	561.510	668.785	19,1
1.1.04 IOF	5.261	4.861	-7,6	47.982	54.497	13,6	50.510	60.482	19,7
1.1.05 Cofins	25.583	21.557	-15,7	274.787	255.516	-7,0	300.749	283.582	-5,7
1.1.06 PIS/Pasep	7.019	6.084	-13,3	76.253	74.101	-2,8	83.240	81.810	-1,7
1.1.07 CSLL	8.302	12.315	48,3	117.989	152.570	29,3	125.375	161.413	28,7
1.1.09 CIDE Combustíveis	270	1	-99,5	1.813	1.689	-6,9	1.873	1.980	5,7
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	3.968	1.685	-57,5	29.223	26.266	-10,1	31.953	27.498	-13,9
<b>1.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-96</b>	<b>-53</b>	<b>-45,0</b>	<b>-96</b>	<b>-131</b>	<b>36,8</b>
<b>1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>42.320</b>	<b>42.562</b>	<b>0,6</b>	<b>441.776</b>	<b>471.771</b>	<b>6,8</b>	<b>507.770</b>	<b>538.614</b>	<b>6,1</b>
<b>1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>28.160</b>	<b>18.024</b>	<b>-36,0</b>	<b>267.462</b>	<b>363.266</b>	<b>35,8</b>	<b>284.463</b>	<b>398.116</b>	<b>40,0</b>
1.4.1 Concessões e Permissões	210	55	-73,8	7.501	43.303	477,3	8.218	46.456	465,3
1.4.2 Dividendos e Participações	9.822	1.153	-88,3	34.123	80.651	136,4	35.392	93.700	164,7
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	2.593	2.356	-9,1	17.991	15.893	-11,7	19.987	17.663	-11,6
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	5.937	5.883	-0,9	98.230	127.526	29,8	101.763	133.092	30,8
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.930	1.297	-32,8	16.674	18.961	13,7	18.482	20.656	11,8
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.377	2.102	-11,6	22.867	23.775	4,0	26.173	27.347	4,5
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	5	-	-100,0	26	-	-100,0	30	8	-73,6
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	5.287	5.179	-2,0	70.050	53.157	-24,1	74.418	59.194	-20,5
<b>2. Transf. Por Repartição de Receita</b>	<b>38.846</b>	<b>42.633</b>	<b>9,7</b>	<b>349.691</b>	<b>416.200</b>	<b>19,0</b>	<b>384.206</b>	<b>456.383</b>	<b>18,8</b>
<b>3. Receita Líquida (1-2)</b>	<b>138.883</b>	<b>126.720</b>	<b>-8,8</b>	<b>1.558.853</b>	<b>1.706.341</b>	<b>9,5</b>	<b>1.711.234</b>	<b>1.888.575</b>	<b>10,4</b>

Fonte: STN e Siafi.

Obs.: IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados; Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social; PIS/Pasep – Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público; Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; LC – lei complementar.

Ao desagregar as despesas (tabela 3), fica evidente o impacto em novembro dos benefícios previdenciários, créditos extraordinários e das despesas obrigatórias com controle de fluxo (influenciadas pelo pagamento do Auxílio Brasil), totalizando um crescimento real de R\$ 12 bilhões (15,9%), quando comparadas com o mesmo mês do ano passado. Esse montante foi parcialmente compensado pela redução de despesas com pessoal e encargos sociais e discricionárias. No acumulado do ano, as despesas tiveram um crescimento real de R\$ 39,7 bilhões (2,5%), com alguns itens apresentando crescimento real em 2022, como o pagamento de abono e seguro-desemprego, com crescimento de 30,3% (influenciado pelo ajuste no calendário do abono salarial adotado em 2021); as despesas com complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), com alta de 41,3%; os gastos com subsídios, subvenções e Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), que cresceram 109,3%; e a despesa obrigatória sujeita à programação financeira, com aumento de 42,5%, muito em função do Auxílio Brasil em 2022, que elevou o valor do benefício médio e a população coberta em relação ao programa de transferência de renda anterior. Entretanto, algumas despesas apresentaram expressiva redução em 2022, com destaque para as despesas com créditos extraordinários, rubrica fortemente impactada pela pandemia de covid-19 no ano passado, sem contrapartida este ano, que teve uma queda de R\$ 81,1 bilhões (-65,6%), e a despesa com pessoal e encargos sociais, com redução de R\$ 21,5 bilhões (-6,6%), em comparação com o mesmo período de 2021.

TABELA 3

**Principais componentes da despesa do governo central – preços constantes**

Período	R\$ milhões de nov./2022		Taxa de variação (%)	(preços constantes, R\$ milhões de nov./2022)		Taxa de variação (%)	(preços constantes, R\$ milhões de nov./2022)		Taxa de variação (%)
	nov./2021	nov./2022		2021	2022		Até nov./2021	Até nov./2022	
<b>4. DESPESA TOTAL</b>	<b>134.448</b>	<b>140.488</b>	<b>4,5</b>	<b>1.613.311</b>	<b>1.653.004</b>	<b>2,5</b>	<b>1.816.758</b>	<b>1.820.699</b>	<b>0,2</b>
4.1 Benefícios Previdenciários	57.091	61.654	8,0	725.915	742.006	2,2	786.604	800.408	1,8
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	30.686	29.408	-4,2	326.294	304.797	-6,6	366.448	341.859	-6,7
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	18.826	23.298	23,8	315.721	275.061	-12,9	376.366	297.767	-20,9
4.3.01 Abono e Seguro Desemprego	3.067	3.268	6,6	47.799	62.258	30,3	52.960	65.635	23,9
4.3.02 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	5.670	6.436	13,5	68.814	72.926	6,0	74.924	78.879	5,3
4.3.03 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	4.483	7.553	68,5	123.859	42.614	-65,6	162.416	47.856	-70,5
4.3.04 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	514	0	-100,0	7.560	3.161	-58,2	8.314	3.662	-56,0
4.3.05 FUNDEB (Complem. União)	2.291	2.810	22,7	21.577	30.482	41,3	22.403	33.187	48,1
4.3.06 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	998	1.262	26,5	10.107	12.704	25,7	12.378	14.685	18,6
4.3.07 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	352	332	-5,6	5.056	3.700	-26,8	8.666	4.049	-53,3
4.3.08 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	327	397	21,5	20.627	17.033	-17,4	21.034	17.293	-17,8
4.3.09 Subsídios, Subvenções e Proagro	325	821	152,5	7.081	14.820	109,3	9.004	16.009	77,8
4.3.10 Impacto Primário do FIES	282	0	-100,0	-1.926	383	-119,9	-1.675	851	-150,8
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	516	417	-19,3	5.165	14.981	190,0	5.942	15.663	163,6
<b>4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira</b>	<b>27.845</b>	<b>26.129</b>	<b>-6,2</b>	<b>245.381</b>	<b>331.140</b>	<b>34,9</b>	<b>287.339</b>	<b>380.666</b>	<b>32,5</b>
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	13.968	18.331	31,2	139.728	199.157	42,5	158.836	219.367	38,1
4.4.2 Despesas Discricionárias	13.877	7.798	-43,8	105.653	131.983	24,9	128.504	161.299	25,5

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Loas/RMV – Lei Orgânica da Assistência Social/Renda Mensal Vitalícia; PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União; Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

**Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):**

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Diretor)  
Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos (Diretor Adjunto)

**Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:**

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Editor)  
Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos (Editor)  
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos (Editor)  
Fábio Servo  
José Ronaldo de Castro Souza Júnior  
Leonardo Mello de Carvalho  
Maria Andréia Parente Lameiras  
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa  
Sandro Sacchet de Carvalho

**Pesquisadores Visitantes:**

Ana Cecília Kreter  
Andreza Aparecida Palma  
Antônio Carlos Simões Florido  
Cristiano da Costa Silva  
Felipe Moraes Cornelio  
Paulo Mansur Levy  
Sidney Martins Caetano

**Equipe de Assistentes:**

Alexandre Magno de Almeida Leão  
Antonio Henrique Carlota de Carvalho  
Caio Rodrigues Gomes Leite  
Diego Ferreira  
Diego Rosalino Marques  
Felipe dos Santos Martins  
Izabel Nolau de Souza  
Marcelo Lima de Moraes  
Pedro Mendes Garcia  
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

**Design/Diagramação:**

Augusto Lopes dos Santos Borges  
Leonardo Simão Lago Alvite

---

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

---